

A generalização da observação do bispo de Diamantina pode ser feita, sem sombra de erro, com base na publicação do primeiro volume de estatísticas de cadastro rural, pelo INCRA. Ali se comprova que quase 80% da área pesquisada (que exclui terras urbanas e devolutas) é formado por latifúndios. Outra informação: 43.171 imóveis rurais pertencem a estrangeiros, ocupando uma área de quase seis milhões de hectares, quanto a pessoas físicas, e 235 quanto a pessoas jurídicas, ocupando área de cerca de um milhão e duzentos mil hectares. Constata-se, pela publicação referida, que há 4 pessoas físicas e 7 jurídicas estrangeiras, com propriedades maiores que 50.000 hectares.²⁹ Casos há que são conhecidos até em termos de escândalo. O do município paulista de Valparaíso, por exemplo, onde o frigorífico estrangeiro Anglo é proprietário de um terço da área.³⁰ Ou o do Jari, que ocupa, na Amazônia, um milhão e 250 mil hectares, maior do que o Estado de Sergipe, e onde cinco mil peões encontram a miséria e o desespero, segundo informações da imprensa.³¹ O que não impediu Daniel K. Ludwig, um dos homens mais ricos do mundo, seu proprietário, de reivindicar incentivos fiscais.³² Assim, o preço da terra, no Brasil, nos dois últimos anos, ascendeu entre 500 e 10.000%. Ali por perto, entretanto, no Acre, seringueiros fugiam para a Bolívia, “escorraçados de suas terras pelos grupos econômicos, que compraram extensos seringais”, segundo noticiava a imprensa.³³

Tudo de acordo com os planos, conforme diziam os comunicados militares, ao tempo das guerras. Pois o novo ministro da Agricultura, fiel ao “modelo brasileiro de desenvolvimento”, afirmava, sem cerimônia alguma, em sua primeira entrevista à imprensa: “O Governo vai procurar o aperfeiçoamento da empresa agrícola, buscando eliminar a chamada agricultura de subsistência, ineficiente e altamente improdutiva e, para que isso seja conseguido, tenciona estimular a vinda de recursos estrangeiros, para fortalecer o empresário agrícola nacional”.³⁴ Por falar em subsistência: um dos aspectos mais ostensivos da situação a que levou o “modelo brasileiro de desenvolvimento” ficou espelhado na crise de abastecimento, ocorrida em 1974 e da qual não emergimos ainda. As donas de casa sabem o que ela foi. Sabem-no, também, os trabalhadores, aqueles que estão pagando o “modelo brasileiro de desenvolvimento”, com sangue, suor e lágrimas. O DIEESE paulista calculava, em 1938, a quantidade mínima mensal de alimentos de que necessitava um trabalhador, apenas para repor suas energias: em março de 1974, esse mínimo custava 230 cruzeiros; considerando o tempo decorrido entre a organização da tabela mínima (que não incluía ovos) e que o trabalhador, além de comer, tem família, o DIEESE estimava em 690 cruzeiros mensais o salário mínimo, 121% superior ao vigente, pois. Se ficassem consideradas despesas outras, o salário mínimo deveria atingir 1.435 cruzeiros.³⁵

Havia, e há, outros, e numerosos, aspectos, pelos quais se pode dimensionar o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”. Um deles, por exemplo, poderia ser o seguinte: “Do total de 7,5 bilhões de dólares

²⁹ No *Jornal do Brasil*, Rio, 5 de agosto de 1973.

³⁰ No *Jornal do Brasil*, Rio, 19 de agosto de 1974.

³¹ No *Jornal do Brasil*, Rio, 29 de abril de 1974.

³² No *Jornal do Brasil*, Rio, 1º de maio de 1974.

³³ No *Jornal do Brasil*, Rio, 23 de junho de 1974.

³⁴ No *Jornal do Brasil*, Rio, 23 de março de 1974.

³⁵ Em *Opinião*, nº 78, Rio, 15 de maio de 1974.